



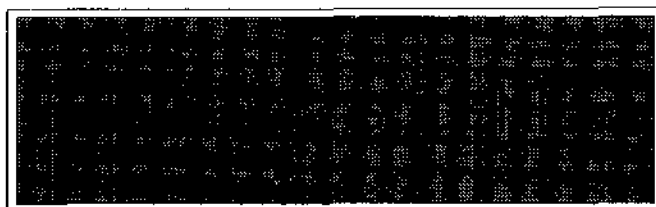
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA



67 J. A. da S.

NÚMERO: 132ª

ASSUNTO: Alusiva à "CAMPAHA 16 DIAS DE ATIVISMO
PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER"

DATA: 26/11/07

HORA: 15 horas

LOCAL: OLDF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE **TRAMITAÇÃO**, ATA E SÚMULA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 132ª
(CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA)

SESSÃO SOLENE
ALUSIVA À
"CAMPAHA 16 DIAS DE ATIVISMO PELO
FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA À **MULHER**",

EM 26 DE NOVEMBRO DE 2007.

I SÚMULA

AUTORIA: Deputada Érika Kokay

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

2 COMPOSIÇÃO DA MESA

3 PRONUNCIAMENTOS

4 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

5 ENCERRAMENTO

II DETALHAMENTO

**(O REGISTRO DESTA SESSÃO
ESTÁ DISPONÍVEL EM FITA VHS)**

(TCBR)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	1

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, a Câmara Legislativa do Distrito Federal dará início à Sessão Solene alusiva à Campanha 16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, proposta pela Deputada Erika Kokay.

Tomará assento à Mesa a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - É um prazer imenso receber todas e todos, na Câmara Legislativa, para que possamos realizar esta Sessão Solene alusiva à Campanha 16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, proposta por mim, na qual se dará o lançamento da cartilha que contém a Lei Maria da Penha.

Sintam-se absolutamente acolhidos e acolhidas nesta Casa.

Convido, para compor a Mesa, permitindo-nos dar início à sessão: a Delegada-Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Dra. Sandra Gomes de Melo; a Presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Sra. Mirta Fraga; a Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, Sra. Graça Maria Sousa; a representante da **AGENDE - Ações de Género, Cidadania e Desenvolvimento**, e representante da organização da Campanha dos 16 dias no Brasil, Sra. Isabel Freitas, e a Assessora de Comunicação e Direitos Humanos da Associação Lésbica Feminista Coturno de Vénus, Sra. Luana Ferreira.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	2

Anuncio a presença, que me deixa muito feliz, do Deputado Raimundo Ribeiro, ex-Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e o convido para compor a Mesa. O Deputado Raimundo Ribeiro é o único homem a compor a Mesa e é extremamente bem-vindo porque tem uma alma feminina.

Convido todas e todos a, na medida do possível, ficarem de pé para cantarmos o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Convido, ainda, para sentar à Mesa, a Coordenadora do Núcleo Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Promotora de Justiça, Sra. Laís Cerqueira. (Palmas.)

A Campanha dos 16 Dias, que, em verdade, no Brasil, tem um prazo maior, inicia-se no dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres, e homenageia as irmãs Mirabal, que foram opositoras da Ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, na República Dominicana. Foram assassinadas Minerva, Pátria e Maria Teresa e são conhecidas como *Las Mariposas*. Começa, portanto, no Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em todo o mundo. São 135 países que, há 17 anos, efetivam essa campanha. Aqui, no Brasil, nós começamos a campanha um pouco antes. Começamos no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, entendendo que o dia da imortalidade de Zumbi dos Palmares é o dia da ode à liberdade, da ode à condição humana plena, absoluta, sem qualquer



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	3

tipo de "senzala", sejam as reais, sejam as metafóricas, "senzalas" que, há tantos anos, estão tolhendo ou cerceando os direitos das mulheres. Portanto, aqui, no Brasil, começamos a campanha no dia 20 de novembro. Mas ela começa, em nível internacional, no dia 25 de novembro, no Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher.

Ela passa pelo dia 1º de dezembro, que é o Dia Mundial de Combate à AIDS, entendendo que existe um crescimento significativo e preocupante de casos de mulheres infectadas, aqui, no Brasil, e no mundo. Isso, levou, inclusive, o Governo brasileiro a lançar o Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs. Ela passa também pelo dia 6 de dezembro, que é o dia do Massacre das Mulheres de Montreal. Nesse dia, 6 de dezembro, em 1989, um estudante adentra a Escola Politécnica de Montreal e assassina inúmeras mulheres. Ele dizia que não admitia que mulheres cursassem o curso de engenharia. No dia 6 de dezembro, conhecido como o Dia do Laço Branco, a campanha busca incorporar e sensibilizar os homens no enfrentamento da violência contra a mulher. A campanha se encerra no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Em 1948, nesse dia, houve a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela ONU em função de tudo aquilo que tanto marcou a humanidade na transformação de vítimas em algozes, na consideração de que parte dos seres humanos não é humanos como os outros. Em 1948, no pós-guerra, o mundo e a ONU lançaram a Declaração Universal



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	4

dos Direitos Humanos. No dia 10 de dezembro, encerramos a campanha, mas não a luta nem o movimento constante. Hoje estamos lançando na Câmara Legislativa a campanha dos 16 dias de ativismo e enfrentamento da violência contra a mulher - no Brasil, são 21 dias.

Queremos trabalhar com o empoderamento das mulheres para que elas definitivamente digam "não" à violência. Digo isso porque, via de regra, quando a mulher chega a formalizar, a denunciar uma violência que vem sofrendo, ela está passando por isso há muito tempo. A violência vem num sentido crescente. Como ela não cresce linearmente, via de regra, mas em ziguezague, a mulher tende a sofrer calada muitas vezes. Nós queremos romper o silêncio que aprisiona, o silêncio que impede a mulher de viver a condição humana, que só a reconhecemos se nos sentirmos livres e sujeitos do nosso corpo, do nosso desejo, do nosso emprego, das nossas profissões, da nossa vida e não objeto da violência do outro.

A violência contra a mulher é maturada, é vivida. Queremos que esse processo não seja tão doloroso, porque destrói a auto-estima dessa mulher. Várias vezes, já dissemos que há a violência que deixa marca na pele, a que todo mundo consegue ver. E há a violência que deixa a marca na alma, na auto-estima, na condição de sujeito, na liberdade. Essa violência tem de ser reconhecida e denunciada, porque ela vem em ziguezague, mas sempre crescente. Por várias vezes, a mulher é vítima de violência, e, em seguida, o homem diz que está



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	5

arrependido, oferece flores, chora, e a mulher vai permitindo que essa violência cresça, ainda que não seja degrau após degrau, seja em ziguezague.

Estamos lançando esta cartilha e queremos discuti-la com todas as pessoas que aqui estão, nas escolas, nas empresas, nas entidades sindicais, no movimento social, para que as mulheres possam se apropriar de uma conquista não só das mulheres, mas de toda a sociedade, que é a Lei Maria da Penha,

Estamos falando de um país que conviveu por quase 400 anos com a escravidão, de um país que tem uma mestiçagem que, via de regra, foi fruto do estupro de negras e de índias, de um país que conviveu por quase 400 anos com a desumanização de parte da humanidade, de um país onde a legislação já permitiu o castigo pelo homem às mulheres e às crianças. Temos hoje a Lei Maria da Penha, que estabelece que o crime de violência contra a mulher não é de menor potencial ofensivo para a sociedade; que esse crime não pode ser permitido; que, em briga de marido e mulher, tem de se meter a colher, sim.

Nossa sociedade, culturalmente, criou uma assimetria muito grande. Há pouco mais de setenta anos, as mulheres deste país podem votar. Na década de 40, as mulheres não podiam praticar todos os esportes, apenas o que a lei estabelecia que elas podiam exercer e que estivessem de "acordo" com a natureza feminina. As mulheres neste país, por muito tempo, não foram donas do seu emprego nem do seu desejo. Via de regra, eram objeto de desejo do homem. O desejo não podia ser



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	6

dito, era interdito. Está presente a Ana Liese, grande feminista desta cidade e deste país, que precisou entrar na Justiça para, na década de 70, ter o direito a fazer um concurso público do Banco do Brasil, já que, naquela época, as mulheres não podiam se inscrever num concurso público para aquela instituição. Por muito tempo, no Banco do Brasil, as mulheres ostentavam um crachá em que não havia flexão de gênero nos crachás e na identidade funcional. Então, víamos: Maria de Fátima, assessor; Patrícia, supervisor.

Nesta campanha, queremos empoderar as mulheres, queremos que elas se apropriem desta conquista, porque entendemos que a lei, por si só, não assegura o direito. Ela é um instrumento para se assegurar o direito a uma vida sem violência, para se identificar uma série de violências que ficaram invisíveis, sub-pele, subterrânea, subcutâneas neste país.

A Lei Maria da Penha trata das violências psicológica e sexual e estabelece medidas de proteção para a mulher. Ela permite que a mulher tenha direito a advogado, o que antes só era dado ao réu ou à ré. Permite mais celeridade no processo e tira definitivamente a violência contra a mulher dos crimes de menor potencial ofensivo. Essa é uma conquista deste país, que tem um imaginário tão cindido e tão seqüelado na sua cidadania, para que todas as pessoas sejam inseridas na sociedade e ninguém se sinta não pertencente a ela. Esse instrumento tem de ser apropriado pela mulheres. Precisamos nos apropriar das próprias conquistas que



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	7

efetivamos por meio de uma verdadeira revolução silenciosa feita pelas mulheres deste país. Além disso, queremos que todas as políticas públicas tenham recorte de gênero. Queremos empoderar as mulheres, sem nenhuma dúvida, para que tenhamos, em cada cidade, núcleos de enfrentamento da violência contra a mulher nas suas mais variadas formas, entendendo violência tudo aquilo que, por ação ou omissão, contribua para a diminuição do outro ou estabeleça ao outro qualquer tipo de dano que fira a sua condição humana. Queremos criar núcleos em todas as cidades com todos os parceiros: o Ministério Público, as associações, os sindicatos, os conselhos, as empresas que se sensibilizam para esse processo de busca da equidade. Queremos também que haja um recorte de gênero em todas as políticas públicas.

Queremos mais delegacias de atendimento à mulher. Por mais que tenhamos sessões de atendimento às mulheres dentro das delegacias,... a Dra. Sandra, Delegada Titular da DEAN, disse-me que vocês terão oportunidade de escutar, que será efetivado um treinamento para todos os delegados em todas as delegacias. Mesmo assim, queremos delegacias de atendimento à mulher. Há inúmeros casos na comissão de profunda insensibilidade quando a mulher se sente violada e de profundo reducionismo no que diz respeito à violência contra a mulher. É como se ainda valesse o ditado que, em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	8

Por que tantas vezes há morosidade por parte da polícia para intervir num caso de violência doméstica? Morosidade que não vemos em outros casos. Há uma morosidade na intervenção e uma tentativa de sempre buscar a conciliação e de não estabelecer o que prevê a lei: a abertura de inquérito e a investigação.

Queremos mais DEAMs na cidade, porque, muitas vezes, existe a sessão de atendimento à mulher em todas as delegacias, por força de lei aprovada nesta Casa, mas, antes de chegar à sessão, a mulher tem que passar por um balcão no qual ela terá de falar da sua dor, das marcas que ela carrega, sem receber nenhum tipo de atendimento especializado. Queremos uma central de atendimento à mulher vítima de violência, para que a mulher não precise fazer uma *via crucis* da delegacia para a DEAM, depois para o IML, para depois receber o atendimento na área de saúde. Queremos que, em um único local, ela possa receber todos esses atendimentos. Também queremos no currículo dos meninos e das meninas que as mulheres têm os mesmos direitos dos homens, preservando as nossas diferenças. Queremos continuar sendo mulheres com os mesmos direitos, mas reconhecendo que somos diferentes. Queremos, sim, a caneta, o microfone, mas também queremos o batom. Queremos tudo o que reforça a nossa identidade de gênero. Por isso, queremos introduzir nas escolas. Queremos também que o núcleo que atende as mulheres vítimas de violência não as atenda apenas após o ato de violência, que dê continuidade ao atendimento, atendendo tanto a mulher quanto os meninos e as



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	9

meninas, porque sabemos que, na casa onde a violência é cotidiana, os meninos tendem a achar que a violência é uma forma fácil de resolver os problemas e tendem a se acostumar com ela .

Que sociedade é essa que lê uma notícia como essa publicada no *Correio Braziliense*: "Mais uma mulher assassinada nesta cidade pelo seu companheiro. Mais uma mulher assassinada no distante Condomínio Porto Rico". Queremos dizer que nenhuma mulher mais pode ter o seu extermínio físico decretado por um homem. Antes, ele exterminou-a como ser autônomo de pensamento livre. Ao final, ele a destrói fisicamente para impedir a libertação e autonomia dela

Queremos elaborar uma pauta e convidamos todas e todos para sentar e elaborá-la, porque queremos encerrar esta campanha, Deputado Raimundo Ribeiro, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10, na porta da sede do Governo, com as nossas reivindicações, com os dezesseis itens, lembrando os dezesseis dias. Onde se inclui a Casa Abrigo? A Casa Abrigo não pode correr risco de vir a ser fechada, porque simplesmente não há funcionários nem estrutura suficiente. A Casa Abrigo tem que ser um local de onde a mulher possa sair com a capacidade de fazer a releitura da sua vida, de superar todos os elementos que provocaram a situação de violência vivenciada por ela. Portanto, temos de apresentar ao Governo nossas reivindicações, encerrando essa campanha dessa forma.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	10

Queremos, nestes dias, discutir esse assunto sobre a violência da mulher em todos os locais, empoderando e dizendo: violência doméstica não tem de ter tolerância nenhuma! Um dia, discutia com um grupo de mulheres que diziam: "mas meu marido me bate só quando bebe! Então, não é um problema! Ele é vítima de uma doença! Portanto, eu me comprometi com ele, quando casei, de que estaria com ele na doença e na saúde. Então, tenho de estar com ele nesses momentos". Dissemos a ela que é preciso que tenhamos condições de tratar essa pessoa. Quando houve o casamento, também foi dito que haveria respeito e também seria uma vida de duas pessoas inteiras, não somente de uma pessoa pela metade com outra. Seriam duas pessoas livres que decidiram se unir por um amor que não sobrevive em uma situação de violência. Digo que a questão do alcoolismo envolve uma intercorrência muito grande na violência. Em verdade, não é o alcoolismo que provoca a violência, é a sociedade sexista, a sociedade machista. Por que esse homem, ao beber, não bate no vizinho ou no porteiro? O alvo da violência é sempre a mulher ou as crianças. Há que se mobilizar as mulheres contra a violência. Devemos ter políticas públicas para resolver essa situação de desigualdade histórica, não natural. Não dá para naturalizar a norma cultural de violência imposta contra a mulher neste País que tantas vezes cindiu, criou hiatos, fissuras na auto-estima, na pessoa. Não podemos imaginar um Estado que não seja forte o suficiente para trabalhar na perspectiva dessa igualdade.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	11

Encerro minhas palavras lembrando Sartre quando diz: não adianta apenas ficarmos lembrando o que fizeram conosco, mas o que faremos com o que fizeram conosco.

Convido todos a comparecerem dia 10, em frente à sede provisória do Governo, conhecida como Buritinga, para entregarmos nossa pauta de reivindicação pontual e emergenciais. Quem sabe, sensibilizar o Governo para que, enfim, o Distrito Federal possa aderir ao Plano Nacional de Políticas para a Mulher, retirado ainda da conferência nacional anterior dos direitos da mulher. Quem sabe neste ano, com a ajuda do Deputado Raimundo Ribeiro, o Governo não assine o Plano Nacional e tenha um comprometimento efetivo e real com uma vida sem violência para as mulheres. Senão, caminhamos nada na construção de uma sociedade de paz e de uma sociedade onde tenhamos pessoas inteiras, completas, livres e sujeitas à sua própria vida, tocando seus próprios destinos.

Muito obrigada.

Tenho o prazer de convidar agora a Companhia de Teatro *Mapati*, que irá nos apresentar a peça *Maria da Penha*, na qual discorrerá sobre as diversas formas de violência, vocês verão.

(Apresentação da Companhia de Teatro Mapati.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Agradecemos ao Grupo de Teatro Mapati, com a peça Maria da Penha, que conta a história desta mulher, que foi



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	12

vítima de violência e que recorreu, inclusive, à Corte Interamericana dos Direitos Humanos para que o crime que a vitimou não ficasse impune e silencioso.

O Grupo de Teatro Mapati fará em vários bares, restaurantes e escolas uma campanha que divulgará a Lei Maria da Penha e dirá, em alto e bom som, que, em briga de marido e mulher, nós queremos meter a colher.

Concedo a palavra ao nosso Deputado Raimundo Ribeiro, que estava em exercício na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Distrito Federal. É um prazer imenso tê-lo aqui.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Boa-tarde a todos!

Quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, ora Presidente desta sessão; a Dra. Sandra Gomes de Melo, Delegada Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher; a Dra. Laís Cerqueira, Coordenadora do Núcleo Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal; a Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, nossa amiga, Sra. Mirta Fraga; a Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, Sra. Graça Maria Sousa; a Representante da AGENDE - Ações de Género Cidadania e Desenvolvimento, Sra. Isabel Freitas; e a Assessora de Comunicação e Direitos Humanos da Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus, Sra. Luana Ferreira.

Cumprimento todas as senhoras e os senhores presentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 / 11 / 2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	13

Deputada Erika Kokay, tomei conhecimento desta solenidade pelos jornais. Eu estava em Salvador até ontem à tarde, participando de um evento da minha categoria profissional, e hoje de manhã, ao fazer a leitura de jornais, tomei conhecimento de que haveria este evento. Certamente eu não havia recebido o convite porque não estava em Brasília, mas fiz questão de me fazer presente neste momento. A Câmara Legislativa do Distrito Federal está de parabéns por sediar uma solenidade como esta e muito mais a Deputada Erika Kokay, porque sei do trabalho empreendido por S.Exa. em favor dos direitos humanos.

Início minha fala fazendo a seguinte confirmação: estarei presente, sim, dia 10, às 10h, junto com os senhores, do lado de fora, levando a pauta de reivindicações. Entendo que essa não é uma luta de governo, de oposição, é uma luta do ser humano e, como tal, todos temos de estar presentes num momento como esse.

Quando da apresentação inicial, a Deputada Erika Kokay, ao nos chamar, disse que temos também o espírito feminino, o espírito da mulher - e temos mesmo. Sabe, Deputada, que a minha vida - e olha que não parece, mas já conta 50 anos - é marcada pelas mulheres. Antes do nascimento e até hoje, eu tenho uma Maria no coração que está sempre presente. Nasci de uma Maria, uma mulher extraordinária, que conseguiu criar oito filhos. A vida me deu uma esposa extraordinária, grande companheira, que está até hoje, 30 anos, ao nosso lado, aturando-nos. E, dentro do processo de renovação da vida, deu-me também uma filha extraordinária. Em todos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	14

os lugares pelos quais passei, sempre trabalhei com mulheres. Da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, eu poderia listar todas as mulheres mais próximas que trabalharam conosco, mas vou me fixar no nome de uma pessoa que está presente; a Sra. Mirta Fraga, Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher. Lá há inúmeras outras mulheres, aliás, tenho a impressão de que aquela Secretaria, em sua maioria, é composta por mulheres.

Esses dezesseis dias servem, sim, como pretexto para chamar a atenção e fixar definitivamente o respeito que devemos ter para a mulher como ser humano. Confesso que já cometi muitos erros, e um deles foi achar, num primeiro momento, que a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher em Brasília fosse algo errado. Já admiti várias vezes essa culpa, porque entendia que, quando procuramos dar um tratamento diferenciado, há discriminação. Esse era o entendimento que eu tinha. Mas à medida que o tempo passa e vai nos ensinando, pude constatar que só conseguimos resgatar o equilíbrio social quando damos o tratamento diferente àquelas pessoas que, mesmo tendo direitos iguais, não têm seus direitos respeitados. E Brasília tomou a dianteira nessa questão ao criar a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Houve um trabalho extraordinário, que faço questão de ressaltar, da Dra. Déborah Menezes, que hoje está na 8ª DP, na Estrutural, onde está fazendo um grande trabalho também. Enfim, o tempo mostrou que eu estava errado e que o certo era aquele que queria criar a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	15

Meus amigos e minhas amigas, nós precisamos continuar na construção desta obra que é inacabada pela sua própria natureza e que não se extingue nunca: a construção da cidadania, do respeito ao ser humano. Temos de respeitar as pessoas independentemente do seu sexo, da sua cor ou de qualquer outro tipo de manifestação que possamos abordar.

A Lei Maria da Penha, que provoca este debate, é algo que, evidentemente, tem suas imperfeições. Sabemos que, muitas vezes pelo fato de não poder mais retroagir, a mulher se sente impelida a não registrar a ocorrência. É uma imperfeição que precisa ser corrigida, mas foi um avanço. A lei conseguiu provocar, mais uma vez, o debate que se faz necessário para demonstrar ao agente agressor que ninguém conquista nada agindo dessa forma. Aliás, há mais de dois mil anos, ensinam-nos que o amor é o melhor remédio para tudo. E é sintomático que, numa relação como essa, o agressor normalmente seja o homem e a agredida, a mulher, porque o amor está sempre do lado dela. A mulher tem a capacidade, a ternura, a firmeza de construir, mesmo com os problemas que a cercam, uma relação, um lar. Ela consegue dirigir uma família. O homem, muitas vezes, limita-se àquele papel de provedor financeiro e, achando que já fez tudo, esquece a parte principal que é conquistar aquelas pessoas que fazem parte do seu círculo.

Eu estava em Salvador na semana passada e confesso a vocês que não me espantei, não me surpreendi quando fiquei sabendo de mais um caso de violência



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	16

praticada contra a mulher, mais especificamente contra uma adolescente de 15 anos que foi trancafiada no cárcere juntamente com outros homens. E qual foi a reação desses homens? Abusar sexualmente dela.

Agora, eu gostaria de aplaudir a observação feita pela Deputada Erika Kokay. Não podemos considerar normal um homem, mesmo em abstinência sexual por estar encarcerado, entender que é natural violentar uma mulher e pior, considerando o fato de ter mais outras 17 pessoas ao seu lado. Acho que essa é mais uma daquelas manchas que não conseguimos retirar nunca. Infelizmente, o Brasil tem que conviver com ela. Mesmo que consigamos corrigi-la, não dá mais para apagar da nossa memória. Esse é um triste passado que temos, como é triste sabermos que já houve época em que o ser humano entendia que o negro não tinha sequer alma, como é triste sabermos que é recente o direito à cidadania da mulher, que, apenas há pouco tempo, conquistou o direito de poder votar e ser votada. Portanto, meus amigos, é importantíssimo um evento com este, uma solenidade como esta.

Parabenizo a Deputada Erika Kokay pela iniciativa.

Quero dizer que, como sempre tive mulheres marcando a minha vida, elas são fundamentais. Quando fui Secretário, além de desfrutar da companhia, do trabalho e da parceria dessas mulheres, contei com a contribuição da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nesta Casa, havia uma Parlamentar que me ajudou muito a ser o Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Refiro-me à



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	17

Deputada Erika Kokay. Quantas vezes tive a oportunidade de receber S.Exa. no Buritanga e aqui na Câmara Legislativa? Quantas vezes vim aqui para ouvir a Deputada? E alguns diziam: "A Deputada é muito chata; ela critica muito a gente!" Eu dizia: "Mas é na crítica que eu consigo descobrir o que está errado. Nós não conseguimos ter olhos em todos os lugares". Portanto, a Deputada, num trabalho sério, independentemente de Oposição ou de Situação, sempre contribuiu, não apenas levando críticas, mas também levando sugestões para que pudéssemos corrigir aqueles erros que foram apontados.

Parabenizo a Câmara Legislativa, a Deputada Erika Kokay e, principalmente, aquelas pessoas que têm a coragem de sacrificar o seu cotidiano, que saem das suas atribuições normais, compreendendo a dimensão real de um evento como este, e vêm à Câmara Legislativa para ilustrar, para abrilhantar um debate como este.

Quero, se a Deputada me permitir, ratificar o convite. Não vamos apenas comparecer ao Buritanga, não; vamos fazer muito mais. Vamos sair daqui, convidar os nossos amigos, chamar os nossos filhos e demonstrar a eles a importância de um evento como este, para que eles possam, como agentes transmissores, fazer o mesmo nas suas escolas. Enfim, vamos fazer uma grande festa para marcar Brasília, para chamar a atenção, porque Brasília não tolera mais qualquer tipo de violência seja contra a mulher, seja contra qualquer outra pessoa. Não podemos mais suportar a violência contra o ser humano. O Ministério Público, a Delegacia de Atendimento



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	18

Especial à Mulher, a Magistratura, todos os órgãos envolvidos precisam realmente se unir. Immanados, vamos mostrar que temos problemas; porém, vamos apresentar propostas para solucioná-los. Dessa forma, Brasília, que nasceu com a vocação de ser modelo para este país, reencontrará a sua vocação histórica e voltará a ser modelo para o Brasil. Não podemos assistir mais a notícias como aquelas que nos entristecem e, acima de tudo, que nos colocam numa situação de dívida impagável para com a cidadania e para com as nossas mulheres, os nossos homens, as pessoas que habitam este país,

Parabéns a Deputada e a Câmara Legislativa! (Palmas)

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Deputado Raimundo Ribeiro. Tenho absoluta certeza de que V.Exa. é um parceiro para que tenhamos uma sociedade que respeite os direitos humanos. Aproveitamos para lembrar o nosso compromisso do dia 10, em que se dará o encerramento da campanha às 10h no Buritíngua. Na ocasião, vamos apresentar uma pauta das políticas públicas, previstas inclusive em lei, que assegurem uma vida sem violência para a mulher.

Agradeço a presença do Sr. Eduardo Lopes, Administrador de Sobradinho; do Sr. Lázaro Oliveira, assessor do Deputado Raimundo Ribeiro; da Sra. Joelma Cesário, diretora de projetos da Associação Lésbica Feminista Coturno de Vénus; da Sra. Valderiza Souza Pereira, Presidente do Movimento das Mulheres Unidas de Águas



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	19

Lindas de Goiás, que faz parte da Confederação das Mulheres do Brasil; da Sra. Rosenilda Santos de Almeida, Diretora do SAE, do Sindicato dos Auxiliares da Educação; da Sra. Sônia Regina Sílvia Moraes, Secretária-Geral do Grupo Estruturação; da Sra. Inácia, do SINDSAÚDE; da Sra. Maria Tavares, Diretora Executiva do SINDSAÚDE; da Sra. Garmen, Delegada Sindical do Sindicato; da Sra. Daniela Rabelo, do Sindicato dos Comerciantes; da Sra. Márcia Marisa Santos Araújo, do Sindicato dos Comerciantes; do Sr. Francisco Andrade Rodrigues, Presidente da FETRAX; do Sr. Francisco Amadeu Rodrigues, Presidente da FETRAX; da Sra. Angelina Dourado, do Movimento de Mulheres de Periferia, que também é do curso das promotoras legais populares; da Sra. Eliceuda França, Secretária de Mulheres de Educadoras e Diretora do SINPRO; da Sra. Ana Maria Ferreira, comerciante; da Sra. Eva Gomes, Secretária da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, da ONG Cidade Viva, da Cidade Ocidental; da Sra. Maria do Carmo Souza, aposentada do SAE; da Sra. Celene Siman, diretora do SINDSERVIÇO, e da Sra. Jacira Barreiras, diretora do SINDSERVIÇO.

No decorrer desta sessão, vou ler os nomes dos presentes e agradecer a presença.

Chamo, neste momento, o Dueto Equilíbrio Ébrio, que fará uma dramatização de textos poéticos.

(Dramatização.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	20

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada ao Dueto Equilíbrio Ébrio pela belíssima apresentação.

Esperamos contar sempre com a contribuição de vocês, estudantes que se dedicam a expressar, por meio da dramatização, coisas importantes de serem ditas de todas as formas.

Passo a palavra, neste momento, à Assessora de Comunicação e Direitos Humanos da Associação Lésbica Feminista Coturno de Vénus, Sra. Luana Ferreira.

SRA. LUANA FERREIRA - Boa-tarde a todas as pessoas.

São vários os motivos para estar aqui, mas o maior deles é poder mostrar um pouco da ação contra as mulheres nos presídios, principalmente nos do Brasil. Passei uma semana do mês de outubro em um deles, quando fui presa com outras nove pessoas em uma ação da Polícia Federal realizada no dia 9 de outubro. Era uma tentativa de repressão a uma ação política de ocupação urbana. Eu estava com um coletivo composto por quase todos os grupos autônomos de Brasília.

Eu, como militante negra, lésbica, de direitos humanos, com foco na garantia de direitos humanos às mulheres, acompanhei e agreguei o projeto desse coletivo na ocupação de um prédio pertencente ao Banco Itaú que fica na 506 Sul, abandonado e sem posse há mais de dez anos. A ideia foi construir um espaço político e cultural naquele lugar. O projeto já estava há 32 dias em ação, quando a polícia veio nos desalojar ilegalmente, já que a posse do prédio era nossa. A reintegração de posse



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	21

deveria ser feita juridicamente, o que não ocorreu. O proprietário do prédio não efetivou denúncia, não pediu reintegração da posse do local. A polícia entrou sem autorização para entrar, dizendo que ia fazer averiguação de uma denúncia anônima de que aquele lugar era um ponto de tráfico de drogas e de prostituição. Entraram e não encontraram nada que comprovasse a denúncia. Mesmo assim a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar submeteram-nos a várias espécies de violência, tanto as comuns - dos gritos - quanto as físicas. Depois de várias horas sob situação bastante tensa, fomos levados para a 1ª DP. Éramos três homens e sete mulheres. Havia três pessoas do Uruguai, por isso a presença da Polícia Federal. Passamos 24 horas naquele lugar. Só depois de oito horas, tivemos um posicionamento do Delegado Damião, que coordenava tudo, sobre um possível enquadramento do grupo. Fomos acusados de formação de quadrilha. Não havia um crime específico, pois eles não tinham elementos para provar quais a nossa "quadrilha" cometia. Mas eles nos prenderam e nos deixaram 24 horas presos. No dia seguinte, quarta-feira, 10 de outubro, as mulheres foram para o presídio feminino, e os meninos ficaram na delegacia especializada.

Na hora da ocupação, identifiquei-me como defensora dos direitos humanos para os três delegados e para os outros agentes, que ignoraram a minha identificação. Um dos delegados disse que isso era um motivo a mais para nos prender e que, se pudesse, queimaria tudo e todos porque esses direitos humanos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	22

estavam dando muito trabalho a ele. Na delegacia, ficamos sem acesso a banheiro e a água. Tenho um problema crônico de saúde, fibromialgia. Eu estava sentindo dores, mas não me deixaram ter acesso a remédio nem a médico dentro da 1ª DP. Tive uma crise e fiquei inconsciente por causa da dor. Os agentes faziam questão de entrar no local e agir de forma cada vez mais ostensiva conosco dizendo que não éramos nada, que deveríamos nos calar, que não íamos tomar água nem iríamos ao banheiro porque estávamos presas e que tínhamos biótipo de marginal.

A maioria das pessoas que estavam lá têm o visual parecido com o meu. Meu visual presa por anarquizar a forma como as pessoas andam na sociedade para serem aceitas. Se eu não tenho um estereótipo tido como certo - como algumas roupas ou um cabelo tal -, para a polícia, sou marginal. Eles não entendem que não me apresento dessa forma para que as demais pessoas - que não se apresentam como eu - se sintam erradas ou certas. Apenas usufruo o direito de dinamizar os espaços e o direito da pluralidade; ambos, garantidos. Mesmo que não o fossem, eu ia querer.

Na 1ª DP, depois dessas várias violências, depois de não sabermos o que aconteceria conosco, ficamos sabendo que seríamos transferidos para o presídio, onde fomos tratados com muita violência. No IML, os policiais nos ameaçaram e disseram que se disséssemos à doutora que apanhamos iríamos nos arrepender disso. Algumas pessoas não disseram nada, outras disseram. Nos laudos, contudo,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	23

não consta a violência, mesmo havendo pessoas com hematomas no momento da averiguação do IML.

Chegando ao presídio, a maioria de nós, que temos vários *plercings* e jóias, fomos obrigados a tirar as nossas jóias e bijuterias, sob a ameaça de que elas saíam de qualquer forma. Alguns agentes do presídio, com facas, tesouras e alicates, diziam que, se não conseguíssemos tirar as jóias, elas saíam de qualquer jeito. Dois agentes me reconheceram como militante de direitos humanos, como uma das organizadoras da Parada Lésbica de Brasília. Nesse dia, eu estava com uma camiseta de visibilidade lésbica que tinha o desenho de duas mulheres se beijando. Eles disseram: "Você sempre vem aqui com suas amigas e nos dá trabalho quando a gente bate em alguma mulher; agora por ironia do destino, você está em nossas mãos. A gente sabe que você é uma das organizadoras da Parada Lésbica. A gente já assistiu a essa palhaçada." Colocaram-me num lugar onde todos os agentes e as pessoas que trabalham no presídio podiam passar e ver a minha blusa que tinha duas mulheres se beijando. Quando você chega lá, tem de vestir a roupa padrão do presídio, mas me disseram para eu não me trocar. Disseram: "Não tirem a blusa dela, não. Deixem ela com essa blusa porque lá dentro as detentas vão ensinar a ela a ser gente, a ser mulher de verdade." Deram muitas gargalhadas, fizeram comentários absurdos que não consigo repetir.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	16h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	24

Depois de toda a averiguação e das fotografias, quando estávamos indo para a cela, uma das companheiras, professora da Fundação Educacional, com diploma de nível superior completo, se separou de nós. Ficamos seis em uma cela. Ela teria de ir a uma cela especial, mas foi para uma cela de castigo onde não tem luz nem comunicação. Um verdadeiro cubículo! Ela ficou aquele dia todo sem comida. À noite, quando uma das advogadas que estava nos defendendo chegou para nos transferir para uma cela especial, ela já estava muito mal, bastante fraca e nervosa. Os agentes disseram: "Desculpem-nos. Nós nos confundimos e achamos que ela era uma das meninas que estavam no castigo. Ela deveria ter ido para uma cela especial. Agora vamos levá-la para outra cela".

Lá dentro o entendimento que os agentes têm é muito pesado porque eles não entendem o cerceamento como um castigo, uma lição que a sociedade proporciona a quem infringe a lei. Eles entendem que o maior peso tem de ser o da pressão psicológica, das agressões verbais, das agressões físicas. Nós passávamos por isto a todo instante: tínhamos de abaixar a cabeça e colocar as mãos para trás, Se levantássemos a cabeça, éramos ameaçadas com várias sanções propostas pelo presídio para as pessoas de comportamentos ruins. Inclusive ficar sem o banho de sol, um dos momentos de lazer ao qual não tivemos acesso, a não ser no último dia, apenas por quinze minutos. Nos outros dias, nós fomos a um pátio fechado, ficamos por meia hora e já tivemos de voltar.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	25

Apresentamos receita médica por causa do meu medicamento para fibromialgia. É um remédio forte, controlado, de tarja preta, também antidepressivo. Também apresentamos a receita de outra companheira que tem síndrome do pânico, mas ficamos uma semana sem os remédios. Eu só tomei o remédio um dia, quando tive uma crise. A agente responsável pelo corredor ficou com muito medo de acontecer algo comigo e me deu um remédio. Percebi que ela tinha acesso aos medicamentos. Depois, ela não quis mais me dar porque eu não estava em crise.

Quando estávamos lá dentro, recebemos visitas constantes de advogados e de advogadas e da Deputada Erika Kokay, reconhecida pelas detentas, que têm fama de ser mulheres agressivas mas não são, já que nos receberam muito bem. Destas recebemos várias denúncias nos chamados "BOs", boletins que elas escreviam e jogavam na nossa cela quando passávamos. Neles elas pediam ajuda contra várias violências que sofrem. Elas pediam para ser atendidas por advogados, pediam que a Deputada Erika Kokay fosse até o presídio mais vezes visitá-las. Deram-nos nomes completos, mas nos pediram que os anotássemos e jogássemos no vaso sanitário. Diziam que, se as agentes pegassem os bilhetes, elas seriam punidas, já que esse tipo de comunicação e de denúncia é proibido e elas sofrem vários tipos de violência quando são pegas. Conseguimos trazer os nomes porque uma de nós não foi revistada no momento da saída, mas corremos o risco de prejudicar as meninas e a nós mesmas.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	26

No momento da saída do presídio, não tivemos nossos bens de volta, nem os remédios. Disseram-nos que não poderiam nos dar naquele momento por conta do horário e que era para voltarmos depois para buscá-los. Já retornamos ao presídio três vezes mas não conseguimos resgatar os remédios, que são caros. Se eles ficarem lá, não servirão para outras detentas porque é preciso receituário especial para os medicamentos. Aparentemente não dá para entender o porquê da não liberação dos medicamentos.

Nós saímos de lá uma semana depois com liberdade provisória.

Agora o Ministério Público tem arquivado um a um esses inquéritos das dez pessoas por falta de provas. A acusação de formação de quadrilha do delegado e da equipe não tem consistência porque não existe quadrilha, A tentativa de colocar drogas no local também foi frustrada porque eles fizeram de forma bastante atropelada. O advogado conseguiu fazê-los entender que não seria possível aquela tentativa. Eles tentaram colocar merla e maconha dentro de um espaço para mostrar que nós realmente lidávamos com drogas. Os noticiários das emissoras, principalmente o da *Rede Globo* e o da *Rede Record*, informaram que a polícia estava prendendo traficantes e prostitutas, que aquele local era de prostituição e de tráfico de drogas e que a polícia estava realizando uma grande ação. Mostraram nossas imagens na televisão, mas não nos deram o direito de resposta e o Delegado, ao declarar a nossa prisão, reafirmou tudo o que a televisão veiculou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 11 2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	27

Agora estamos vivendo uma situação de vários cerceamentos psicológicos. É muito complicado lidar com a polícia dessa forma, porque se a polícia me viola, a quem vou reclamar que estou sendo violada? Como eu irei à delegacia fazer uma denúncia como essa?

Alguns Promotores e Promotoras nos ofereceram ajuda para denúncias, Ainda não viemos à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, porque temos medo de reações, pois o inquérito ainda está sendo analisado e não foi fechado. De repente, pode haver uma represália. Não sabemos que tipo de relações o delegado tem com essas autoridades. Infelizmente é dessa maneira que tudo acontece.

Quando o advogado solicitou o *habeas corpus* pela primeira vez, o pedido foi negado com a justificativa de que o texto estava feio e esteticamente incorreto. O Promotor negou o *habeas corpus* e pediu ao advogado que fizesse um *habeas corpus* mais bonito para poder nos liberar.

No mais, temos de conseguir uma maneira para enfrentar a falta de coerência da polícia ao agir. Além disso, temos que tentar nos educar no sentido de entender que as formas e as maneiras como as pessoas se apresentam na sociedade são para usufruir da possibilidade de pluralidade. Se não conseguirmos entender que a pessoa do meu lado tem um cabelo diferente, usa uma roupa diferente, um outro vocabulário, que tem uma orientação sexual lésbica como a minha e que essa



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	28

pessoa, além de tudo, tem o peso da identidade negra - não é o meu caso, porque a minha pele é clara, mas o negro e a negra de pele escura ainda sofrem mais violência e a polícia é mais truculenta com eles -, se não entendermos que esses são mecanismos de reforço da opressão também para quem não é assim, porque nos vemos no lugar das pessoas que são violentadas dessa forma reagindo de várias maneiras inclusive de forma violenta - as favelas e os guetos nos têm mostrado essa situação -, se não reagirmos e não tentarmos construir uma sociedade com uma visão realmente mais plural e com uma capacidade de tolerância, de nada adiantará usar esses espaços, falar horas aqui dentro e reproduzir todos esses padrões na rua, reforçar a ação da polícia nesse sentido e ficar feliz quando a polícia assassina alguém que supostamente é um marginal, um criminoso. Assim o trabalho estará todo perdido. Eles terão cada vez mais força para agir dessa forma e nós cada vez menos força para mostrar a possibilidade de viver de forma plural em qualquer lugar que estejamos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Luana.

Concedo a palavra a Sra. Isabel Freitas, Representante da AGENDE, Ações de Género, Cidadania e Desenvolvimento.

SRA. ISABEL FREITAS - Cumprimento todas as companheiras da Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay. Gentilmente o rapaz me ofereceu a lista, mas ganharei tempo economizando a leitura. Cumprimento cada uma de vocês,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	29

reconhecendo o papel fundamental que a Deputada Erika Kokay tem cumprido nesta Casa de trazer sempre as denúncias e os encaminhamentos na luta e na militância do seu mandato à disposição da dignidade humana em todos os sentidos e com todas as diferenças. Cumprimento cada uma de vocês do Plenário, as PLPs, as mulheres guerreiras, sindicalistas do Valparaíso, da Cidade Ocidental, as estudantes presentes e as funcionárias desta Casa. Esses 16 dias de ativismo no Brasil são - na verdade vinte dias, porque para nós já começou no dia 20 de novembro - de fundamental importância para dar visibilidade ao tema da violência contra a mulher.

A Lei Maria da Penha é o resultado de trinta anos de luta contra a violência. Algumas de nós lembram, as mais jovens não, do assassinato da atriz Leila Diniz no qual o advogado do criminoso disse que não tinha que haver punição para um homem que havia matado uma mulher que ganhava a vida na horizontal e que matou para defender a sua honra. As mulheres do Brasil inteiro se levantaram e começaram a gritar de norte a sul deste País que quem ama não mata, quem ama não bate, quem ama não comete violência. E nós começamos um grande movimento para desmistificar essa história de que, em nome do amor, se faz qualquer coisa: lava a honra, mata, violenta, oprime, humilha e assim por diante.

Hoje a Lei Maria da Penha - que completou um ano - cumpre um papel fundamental para as mulheres, para o Estado brasileiro e para os Governos de norte a sul deste País. A Promotora de Justiça do Mato Grosso do Sul, Dra. Lindinalva,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	30

sempre fala em depoimento que, quando atende uma mulher em situação de violência, dois ou três dias depois aparece o casal e diz: "Doutora, esquece tudo isso. Minha mulher veio retirar a queixa porque estamos em lua-de-mel." E as mulheres voltam, muitas voltam. "A gente vai esquecer tudo isso. Agora sou um homem bom, não vou beber mais, não vou bater mais". E a Doutora Lindinalva sempre diz: "Não, mas que ótimo. Então, o senhor volta para a sua casa, vai curtir sua lua-de-mel, mas o seu problema agora não é mais com a sua esposa, agora é comigo, com o Ministério Público, com o Judiciário, com a delegada. Agora o problema saiu de dentro de casa." Esse é o mérito da Lei Maria da Penha. Ela tirou a violência contra as mulheres, a violência doméstica, a violência sexual de dentro de casa e colocou na ante-saia do Prefeito, do Governador, do Presidente da República, do Presidente do Tribunal de Justiça, do Defensor Público e do Presidente do Ministério Público. Essa é a vitória das mulheres! Essa é a conquista das mulheres! Esses 16 dias de ativismo trouxeram esse tema: "Está na lei, exija seu direitos." Esse é o tema que está sendo utilizado nos panfletos e está na cartilha que a Deputada Erika Kokay acabou de editar e será distribuída no Distrito Federal. E é o tema que deverá estar na nossa agenda política, no cotidiano, na escola, no sindicato e em todos os Poderes para que a Lei Maria da Penha não vire uma letra morta como várias leis de nosso País que não adiantam para nada, que não servem para a vida. A palavra de ordem da campanha deste ano é "Está na lei, exija seus direitos."



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	31

O Movimento de Mulheres; o Legislativo, como fiscalizador; os Conselhos, como órgãos de controle social têm um papel fundamental para que a Lei Maria da Penha não vire letra morta nas bibliotecas, na história para contarmos aos nossos filhos e netos de que uma vez houve uma lei que queria punir os agressores.

O desafio do Movimento de Mulheres é fazer com que o Estado se organize para implementar a Lei Maria da Penha por meio dos seus serviços de Saúde, de Segurança, do seu sistema de Justiça e organize-se de forma interligada. Não adianta nada a mulher chegar à delegacia, com trabalhadores mal preparados, de má vontade, mal pagos, com jornada triplicada de trabalho, e ouvir: "Mulher gosta de apanhar". Ou seja, quando uma mulher chega a uma delegacia, ela já está no limite, já apanhou muito. A ida para a denúncia é o limite de uma relação de violência. E na delegacia é prejudgada de imediato pelo primeiro servidor público, que fez um concurso público, é prejudgada de que mulher gosta de apanhar.

Chega à Saúde, encontra os hospitais abarrotados de gente - uma mulher que gosta de apanhar para ser atendida com prioridade, porque a Lei Maria da Penha diz que esses casos são prioritários -; vai ao IML; ao sistema de Justiça, no qual não há defensores suficientes; ao Ministério Público, que também não tem suas prioridades; ao Judiciário, no qual ainda pode encontrar um juiz, uma juíza sensível. Mas quando há um que diz que Deus era homem, que Jesus era homem, e que a culpa era da Eva e te manda para casa, te julgou mais dez ou vinte vezes. E a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	32

mulher volta para casa e corre o risco de morrer, porque o sistema de proteção do Poder Público não funcionou, o sistema que lhe garante respeito, dignidade, segurança se ela está correndo risco de vida para si e para seus filhos, e uma série de outras questões, não funcionou. Então, companheiras do Movimento de Mulheres, do Conselho, companheiras do Legislativo, companheira Deputada Erika Kokay, o desafio do Movimento de Mulheres é fazer com que o Estado, por meio do seu governo, implemente a Lei Maria da Penha, e faça dela uma lei para a vida das mulheres, para preservar a vida das mulheres.

Também nós, do movimento social, temos de nos preocupar muito para prevenir a violência, para que não vejamos mais nenhuma mulher precisar de uma delegacia especializada, para que isso não aconteça. A violência contra a mulher - a Professora Lieze trabalha sempre isso - é uma construção da sociedade, é uma construção cultural. O homem está autorizado a bater na sua mulher. A sociedade está autorizada a desrespeitar porque é negra, porque se veste assim, assado, se é pobre, se não é. É uma questão cultura, social, cultural, econômica. Se ela é construída na sociedade, nós podemos desconstruir, podemos criar uma cultura de não-violência.

A Lei Maria da Penha, nesse contexto, cumpre um papel fundamental. A própria Dra. Lindialva, Promotora que citei anteriormente, sempre fala que uma semaninha continuada de meditação em uma cadeia para um agressor é excelente.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	33

A partir daí, também a Lei Maria Penha garante que ele irá se tratar, enfim, tenha também toda a assistência do Estado para ter a condição de reverter a sua situação de agressão.

Eu queria dizer para vocês que esse é um momento da visibilidade à violência que sofrem as mulheres brasileiras. Independente de raça, classe, Violência contra a mulher não é só uma coisa das mulheres pobres. Para as mulheres pobres, ela se agrava pela sua condição de pobreza, de sub-habitação, de não acesso aos serviços. Existe muita mulher de classe média e de classe média alta apanhando e com muita vergonha de denunciar. Agora, as mulheres que estão mais empoderadas têm maiores condições de romper isso, de denunciar. As mulheres mais empobrecidas têm muito menos condições, porque, às vezes, o único pedaço de pão que entra em casa é pela mão do agressor. E as mulheres negras? E as mulheres negras e pobres? Triplica ainda a sua situação de violação de direitos. Portanto, companheiros, é momento de dar visibilidade, é momento de denunciar, é momento de se organizar e de exigir do Governo do Distrito Federal; de exigir investimentos dos governos, no caso dos Municípios, porque há companheiras aqui que estão em municípios; de exigir que o Judiciário e o Ministério Público criem condições de implementar isso no sistema de justiça; de exigir o fortalecimento das defensorias públicas, que são uma peça chave - mulher pobre não pode contratar advogado, e a defensoria cumpre um papel estratégico na proteção dos direitos das mulheres mais



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	34

pobres -; e de exigir que os trabalhadores do sistema de proteção, que a Lei Maria da Penha está eiencando - os trabalhadores da Saúde e do sistema de **segurança**, as Polícias Civil e Militar, o IML e outros sistemas -, estejam preparados.

Quero fazer um registro aqui. Há lugares em que a gente só entra quando está na pior: hospital e delegacia. Ninguém entre em uma delegacia para dizer **bom-dia** ao **delegado**. Entra só quando está numa pior. E quer ser bem atendido. Entra quando está ferrado - digamos assim. A gente sempre briga com médico e reclama do atendimento. Penso que temos de fazer uma reflexão muito séria acerca desse trabalho da Polícia no trato da violência contra a mulher. É muito grave essa questão. Todo dia chegam denúncias nas organizações, de delegados que escorraçam as mulheres da delegacia. Mandam-nas para casa lavar roupa, achar o que fazer. Não podemos admitir isso. Temos que abrir um diálogo de outra natureza. Está **mal** pago, está sobrecarregado? Tem que discutir isso com o Governo, com o seu sindicato e reverter essa situação. Mas a mulher tem o direito a um atendimento decente.

Então, companheiras, os desafios são dos mecanismos de **controle**, dos movimentos sociais. Individualmente, nenhuma cidadã, nenhum cidadão vai conseguir nada. Precisamos nos organizar para fazer a Lei Maria da Penha virar uma realidade concreta na vida das mulheres. E que o meu filho, a minha nora, que só tem um filho, e os meus netos não tenham que dizer que, neste país, a cada quatro



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	35

minutos, uma mulher sofre violência. Já sofria há trinta anos - na época da minha mãe -, está sofrendo agora e continuará a sofrer. Não! Que o meu filho, o seu filho e o filho da Erika possam dizer: "A minha mãe empreendeu uma luta de trinta anos, neste país, para terminar com a violência contra a mulher; o meu pai empreendeu uma luta de trinta anos para terminar com a violência contra a mulher, e hoje diminuiu a violência contra a mulher". Então, o desafio é muito maior.

Encerro apresentando as desculpas da Marlene, Diretora da AGENDE, que não pôde se fazer presente neste ato. Hoje à noite, no Rio de Janeiro, acontece um grande show, no Canecão, de artistas e de intelectuais pela não-violência contra a mulher. Como a AGENDE e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres são promotoras dos dezesseis dias no Brasil, elas estão lá para um grande show de engajamento dos intelectuais e dos artistas brasileiros contra a violência. Então, apresento as desculpas da coordenadora da campanha, desculpas da AGENDE, e desejo que o nosso esforço em ficar uma tarde aqui, neste plenário, em estudar essa temática, em fazer militância pela nossa qualidade de vida não seja em vão nem para nós, hoje, nem para nossos filhos e filhas amanhã. Que seja um esforço que entre para a história como uma sensibilização do Estado brasileiro, uma vitória das mulheres, porque uma vida sem violência é um direito de cada mulher deste país.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Muito obrigada, Isabel.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	36

Registro a justificativa de ausência da Marlene e de outras companheiras, que estão no Rio de Janeiro, participando de um grande movimento da Campanha dos 16 dias.

Comunico que, no dia 3 de dezembro, próxima segunda-feira, às 16h, na CUT, vamos elaborar a pauta dos 16 itens, encerrando os 16 dias, que devemos entregar ao Governo, no dia 10 de dezembro, data do encerramento da campanha do Dia Internacional dos Direitos Humanos. É claro que esses 16 itens não resumem toda a pauta, mas são questões prioritárias, e vamos precisar muito da contribuição da DEAM, do Ministério Público, do Conselho, da Central Única dos Trabalhadores e das associações para que possamos organizar uma pauta que seja mais representativa e emergencial para esse momento.

Concedo a palavra à Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, Sra. Graça Maria de Sousa.

SRA. GRAÇA MARIA DE SOUSA – Cumprimento a Mesa na pessoa da companheira Deputada Erika Kokay.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Deputada Erika Kokay pela iniciativa que vem desde a sua estada no Parlamento. A Deputada Erika Kokay sempre está à frente da luta pela emancipação, pela liberdade e pelo fim da violência contra as mulheres.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	37

Quero dizer que a Central Única dos Trabalhadores é parceira nessa caminhada, há cinco anos, desde que o Brasil aderiu à campanha dos 16 dias de ativismo. A campanha foi lançada, desde o dia 20, em 134 países. Desde então, o movimento popular junto às mulheres assumiu essa caminhada, e a Central Única dos Trabalhadores defende essa bandeira.

Penso que estamos em um momento muito importante para debater a questão da violência e a campanha dos 16 dias de ativismo, que traz, neste ano, como pauta central, o diálogo entre sociedade e instituição. Sou de uma classe trabalhadora, faço parte do Judiciário, e, se não me engano, a Deputada Erika Kokay disse, no início de sua fala, que, no Banco do Brasil, durante muitos anos, não havia flexão de gênero no tratamento. Até hoje, nos tribunais, essa situação acontece. Ainda sou analista judiciário. Essa é a denominação que está no meu crachá; não há flexão.

Quero dizer que é muito importante esse diálogo para a correta aplicação da lei e, com isso, chegarmos àquele ponto que talvez chame mais atenção, que é tirar a violência de dentro de casa e colocá-la na mesa daquele que é o gerenciador e o aplicador da norma. Estamos tendo muitas dificuldades, em todo o Brasil, com relação à aplicação da Lei Maria da Penha, ao ponto de termos um juiz, em Minas Gerais, que disse que a sociedade é masculina e assim deverá continuar. Essa é a justificativa para ele não aplicar a lei. Imediatamente, o Movimento e a própria



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	38

Central, em Minas Gerais, entraram com uma representação contra esse magistrado. No dia em que fizemos o lançamento aqui - a Deputada Erika Kokay estava presente -, a Central Única dos Trabalhadores e outras organizações entraram com uma representação no CNJ. Na sexta-feira, o CNJ, reconhecendo a atitude do magistrado como uma violação, abriu um processo administrativo para apuração desse episódio.

A campanha que terá duração nestes próximos dozes meses é de extrema importância para que, daqui a alguns anos, consigamos, efetivamente, se não acabar, reduzir a violência doméstica e, em especial, a violência contra as mulheres. Eu gostaria de dizer que estamos com uma série de atividades. Neste ano, tivemos a ideia de só lançar em Brasília, dando uma descentralizada e indo para o Entorno - estaremos lá, juntamente com as mulheres guerreiras, no próximo final de semana, para fazer algumas atividades. Em nome da Central e do Movimento Mulheres Guerreiras, convido para participar deste evento. Também desenvolveremos um trabalho em Ceilândia. Estamos desenvolvendo todas essas atividades, porque entendemos que é imprescindível fazer com que a sociedade tenha conhecimento da lei e dos seus direitos para dialogar com os poderes públicos, a fim de que haja uma efetiva e correta aplicação da norma.

Deputada Erika Kokay, mais uma vez, eu gostaria de parabenizá-la por essa iniciativa, cumprimentar todos e todas que se encontram neste plenário e me solidarizar com a companheira pelo depoimento aqui prestado. Ela é minha vizinha



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	39

de condomínio; de vez em quando, uma pega carona com a outra, mas eu não sabia que ela estava nesse grupo que sofreu tanta violência. Às vezes, conhecemos uma pessoa e sabemos que ela está lutando em defesa dos direitos da mulher e contra a violência, mas não sabemos que ela, individualmente, é uma das violentadas nesse processo. Deixo aqui nossa solidariedade, em nome da Central.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Graça.

Registro a presença da Aurineide Cirilo de Oliveira, Coordenadora-Técnica do Projeto Mulheres Guerreiras Construindo a Cidadania, do Centro Comunitário de Valparaíso de Goiás; do Sr. Eduardo Torres Rodrigues, bancário aposentado; da Sra. Magnólia, do Centro Dandara, promotora legal e popular; da Sra. Lúcia Helena Rodrigues, professora aposentada; da Sra. Maria do Carmo da Conceição Lima, assessora da Vice-Governadoria para Assuntos Comunitários; do Sr. Anísio Timóteo de Amorim, aposentado da UnB; da Sra. Divina de Sás, servidora pública do TJDF; da Sra. Vera Brasil Lima, Coordenadora da Casa Abrigo e do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher; da Sra. Vanda de Castro Menezes, assessora do Conselho; da Edwiges de Andrade Freixo, Diretora Social da Casa Abrigo; da Sra. Sabrina Batista dos Santos, Presidente da Associação dos Carroceiros do Curral Comunitário de Samambaia Sul; do Sr. Celso Agage, Chefe da SEMA; da Sra. Jussara Antunes Euclides, professora da Cooperativa de Materiais Recicláveis; da Sra. Roseli de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	40

Moraes, consultora e coordenadora da Subcomissão Pró-Eqüidade de Gênero, da Caixa Económica Federal - minha colega, é um prazer tê-la aqui -; da Sra. Lígia Félix da Silva, técnica bancária da Caixa Económica Federal; da Sra. Margarida Régis, Presidente-Executiva da União Feminina das Americas; da Sra. Jacira Liz dos Santos, Comerciante; da Sra. Estelita Barros dos Santos; da Jane Ferreira, Presidente da Federação de Mulheres do Distrito Federal; do Sr. Francisco Xavier Batista Lima, Presidente da Associação da Comunidade Oierense e Vizinhos, Comunidade do Piauí; da Sra. Maria dos Milagres Silva Santos, da Comunidade Piauiense; da Sra. Maria do Carmo Dias Amorim; da Sra. Ariane Régis, da União de Mulheres das Americas; da Sra. Lucineide de Freitas, Assessora da vice-Governadoria; da Sra. Círlene Conceição de Aguiar, Assessora Especial da Vice-Governadoria; da Sra. Maria de Fátima Brito; da Sra. Elaine Francisco de Alcântara; do Sr. João Carlos Fernandes da Silva, do Sindicato dos Comerciantes; e da Sra. Oneide Pacheco de Souza, Diretora do Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal.

Concedo a palavra, com muita alegria, à nossa companheira Presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Mirta Fraga.

SRA. MIRTA FRAGA - Boa-tarde a todos. É com uma alegria muito grande que estou aqui, primeiramente, para dizer da admiração que eu tenho pela Deputada Erika Kokay, grande parceira do Conselho das Mulheres, pois todas as vezes em que o Conselho precisou de apoio, S.Exa. sempre esteve ao nosso lado, como em todos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	41

os outros problemas que aparecem, está sempre disposta a ajudar. Temos muito que agradecer a S.Exa.

Começarei falando sobre o assunto abordado pelo Deputado Raimundo Ribeiro, ou seja, sobre a menina que foi presa no Pará. Nesse caso, o que mais me impressionou e me indignou foi o responsável por essa prisão: uma mulher, uma delegada que teve a coragem de colocar uma menina de quinze anos numa cela com vinte homens. Conforme o depoimento dessa menina, ela passava todos os dias mantendo relações sexuais com os detentos e só tinha folga na **quinta-feira**, que era o dia em que as esposas iam fazer visitas íntimas aos presos. Não entendo como uma mulher consegue fazer isso com outra, ainda mais uma adolescente. A menina entrou na prisão com o cabelo longo, mas, dentro da cela, rasparam-lhe o cabelo, para que parecesse um homem. **Realmente**, é de se indignar que ocorra isso hoje em dia, em pleno século XXI, em um Estado como o Pará. Pior é saber que esse não é um caso único. Já foi detectado outro caso com uma moça de 23 anos, que foi presa com setenta homens numa cela. No Pará, isso é corriqueiro, é normal. Temos de nos indignar.

Há no Conselho, um programa iniciado em setembro, chamado **Família Legal**, programa esse que consiste em levar às comunidades mais carentes todos os tipos de atendimento e informações que as mulheres precisam. Eu tenho me surpreendido muito, porque o nosso primeiro programa foi na Estrutural, no dia 16 de setembro.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	42

Durante um dia inteiro, tivemos mais de dois mil e quinhentos atendimentos a mulheres, crianças, e homens também. Noventa por cento dessas mulheres e homens nunca ouviram falar da Lei Maria da Penha, por incrível que pareça. Mais de noventa por cento dessas mulheres, digo isso porque foi feito um questionário pelo Conselho da Mulher, achavam normal apanhar. Quando questionavam se elas achavam normal apanhar do marido, elas respondiam que sim. Se tivessem oportunidade de denunciar, não denunciariam. Por que e para quê denunciaria? Quem compraria comida para botar dentro de casa? Então, é isso que, nesses dezesseis dias, temos de rever. Não adianta nada falarmos do nosso conhecimento. Nós temos a informação, conseguimos fazer com que essa informação chegue até nós, mas essas mulheres não têm. Nós debatemos a lei, falamos da lei, mas aonde ela tem de chegar não chega.

Ontem, fizemos uma nova ação Família Legal, projeto que compreende quatorze ações. Foram feitas duas este ano. Ontem foi feita uma no Itapoã, uma comunidade extremamente carente, onde o índice de violência doméstica é assustador, e mais uma vez ninguém conhecia a Lei Maria da Penha. Foram conosco parceiros como a UniDF, levando o atendimento jurídico a essas mulheres e a fila de atendimento jurídico era imensa, porque essas mulheres não têm conhecimento. Então, a meu ver, o Conselho da Mulher defende que, se nós não levarmos a informação a essas mulheres, não adianta nos reunirmos e debatermos a saúde, ou



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	43

qualquer outro tema. A informação deve chegar até elas. Porque não adianta a mulher saber que tem saúde, que ela tem tudo e não sabe que existe uma lei para ela. Não adianta também o homem não saber que existe uma lei efetivamente, hoje, que vai puni-lo se ele praticar a violência dentro da casa dele. Então, o mais importante, nesses dezesseis dias, é realmente conscientizar. Aproveito para lembrar que a Deputada Erika Kokay é uma pessoa extremamente ativa; A Sandra, da DEAM, também, que é uma pessoa para a qual temos que tirar o chapéu.

O trabalho que a senhora está fazendo dentro da DEAM merece destaque. Sabemos que existem bons profissionais, maus profissionais em todas as áreas. Mas eu, como Presidente do Conselho da Mulher, quero destacar uma parceria muito grande com a DEAM. É essa delegacia que nos encaminha as mulheres que vão para a Casa Abrigo, aquelas mulheres que efetivamente estão passando por risco de morte. Parabenizo você, Dra. Sandra, pelo seu trabalho. Você é uma grande guerreira.

Em síntese, não adianta fazermos nada se não nos juntarmos realmente para desenvolvermos ações como essa que estamos fazendo no Conselho. Se isso não for feito, se a informação não for levada às pessoas, não se resolverá nada. Sempre digo que não adianta esperarmos o Governo fazer tudo, cada um de nós tem que fazer a sua parte. De uma forma ou de outra, temos a imprensa que pode nos ajudar, temos órgãos que querem ajudar também. Então, temos que realmente nos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	44

juntar e fazermos uma grande campanha de conscientização, de informação para depois passarmos a uma outra etapa.

A principal e a primeira etapa, a meu ver, é a informação, mediante campanhas, para efetivamente a Lei Maria da Penha poder ser usada da forma que deve ser usada. Sabemos que isso não está acontecendo; sabemos que, desde que a lei entrou em vigor, há um ano, o número de ocorrências caiu muito. Não é mesmo, Dra. Sandra? Sabemos que as mulheres, hoje em dia, têm medo de denunciar, o que até nos deixa espantados, porque uma lei pela qual brigamos tantos anos, uma lei específica para a mulher não deveria fazer com que nos acovardemos e paremos de denunciar. O que se esperava é exatamente o contrário. O que temos de fazer, portanto, é informar essas mulheres e levar a elas o conhecimento sobre essa lei, conscientizá-las de que podem se apegar a essa lei para fazerem denúncias, porque essa lei as ampara.

Eu gostaria de dizer que estamos fazendo um trabalho muito bom junto aos agressores. É muito importante fazer isso, porque não adianta nada somente tratarmos a mulher, temos de tratar o homem agressor. Não que ele vá continuar vivendo com aquela mulher, mas para que não faça com outra o que já fez com ela. O Conselho da Mulher tem esses núcleos de atendimento aos agressores, e é um trabalho que me deixa muito feliz. Quando entrei no Conselho, tínhamos um núcleo, hoje temos oito núcleos de atendimento aos agressores nos fóruns de Brasília. Isso é



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	45

uma conquista. Levar a informação é levar a saúde, conhecimento, é tratar essas pessoas que tanto precisam.

Peço a todos que façamos desses dezesseis dias dias de ativismo para que, mais à frente, possamos tirar o proveito disso ao lembrar que, em dezesseis dias, conseguimos levar esse conhecimento às pessoas mais carentes.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Mirta.

Quero convidar todos para o lançamento do Projeto Sempre Viva, um projeto de proteção integral à mulher vítima de violência doméstica, de iniciativa da Promotoria de Ceilândia. O local vai ser no Fórum de Ceilândia, às 14h, no dia 7 de dezembro, sexta-feira.

Eu quero dizer que faço minhas as palavras da Mirta sobre a coragem e a importância do trabalho feito pela Dra. Sandra Gomes de Melo à frente da DEAM. Primeiro, porque internalizou a lei e a está aplicando. Na DEAM, temos uma referência que precisamos pontuar e tentar multiplicar porque não é uma realidade em todas as delegacias nem uma realidade em todos os operadores de Direito. Há várias unidades do Poder Judiciário, que têm dificuldade de implementar a lei. Nesse movimento simultâneo que consiste em fazer que as mulheres conheçam a lei, apropriem-se dela, utilizem-na como instrumento de busca de direitos, queremos que o Poder Público e o Estado dêem condições para a implementação da lei.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	46

Dra. Sandra, é um prazer imenso tê-la mais uma vez aqui. É um trabalho exemplar o que a senhora faz em defesa das mulheres. Muitas vezes, chegamos denúncias à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e nesses momentos já ouvi as pessoas dizerem: "Na Dra. Sandra eu confio!" Há uma propaganda assim, para encaminhar as denúncias, apurar, utilizar e implementar a Lei Maria da Penha.

Concedo a palavra à Delegada Chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM - Brasília, Dra. Sandra Gomes de Melo.

SRA. SANDRA GOMES DE MELO - Boa-tarde a todos. À Deputada Erika Kokay, a Mirta, a nossa representante do Movimento Social tão importante, confesso a vocês que me encontro em um momento de extremo constrangimento. A franqueza sempre fez parte da minha conduta, do meu ser e não é muito fácil colocar-me numa situação como essa.

Mais uma vez, obrigada pelo convite, pelas palavras. Obrigada, Mirta, pelas palavras proferidas com relação a mim. Não é muito fácil assistir, como delegada de polícia, como representante de uma instituição policial, relatos que nos deixam profundamente tristes. Lembro-me de que, há treze anos, quando saí de uma grande empresa - fui advogada da Eletronorte, onde me ofereceram até curso de mestrado para que eu não saísse de lá, queriam que eu ficasse -, a única certeza que eu tinha era de que eu queria ser delegada de polícia para fazer a diferença, porque era



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	47

jovem, sempre participei de movimento acadêmico, sempre fui combativa. Sou professora, há dez anos, de Direitos Humanos, na Academia de Polícia Civil e eu fico profundamente constrangida e entristecida quando ouço esses relatos, não porque acho que seja uma grande injustiça proferida contra a instituição, porque, infelizmente, sei que isso acontece. Isso me deixa profundamente entristecida. Às vezes, pensamos: "Ah, era mais fácil ter escolhido qualquer outra profissão". Mas eu não fujo e acho que nunca fugirei da luta, da briga.

A Deputada Erika Kokay e a Mirta sabem, fui diretora da penitenciária feminina por 4 anos, tive embates com a Erika. Obviamente acertei; obviamente errei, mas eu sempre tive a consciência de que mais acertei do que errei. Eu saí de lá deixando 80% da cadeia estudando, trabalhando, passando no vestibular. Eu implantei berçário, que não tinha; serviço médico, que não tinha; curso profissionalizante. Tenho certeza de que não fui perfeita, de que errei, óbvio. Se tivesse tido outra oportunidade, faria muita coisa diferente, mas eu tenho aquela sensação de limpeza comigo mesma. Nunca deitei a cabeça em meu travesseiro sem a tranquilidade de saber que estava sempre brigando para conseguir mais ajuda. Eu fico muito triste quando eu vejo isso. Um dos motivos por eu ter saído foi o da luta, o do combate que eu tinha contra servidores que, às vezes, tinham determinadas condutas. Às vezes, a categoria não me queria lá, porque eu era a delegada dura.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene; Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	48

Dura com a verdade, como sou até hoje. Dura com a verdade! A mim, só interessa a verdade dos fatos, o que aconteceu.

Eu quero não pedir desculpas, mas apresentar a você, como às outras pessoas que aqui se manifestaram a respeito de experiências desagradáveis com a instituição, a minha solidariedade, o meu respeito ao momento vivido, a minha palavra.

Por duas vezes, já fui assessora do corregedor, que, à época, era o Dr. Kleber, hoje Diretor. Sei que ele não compactua, nunca compactuou com esse tipo de coisa. Então, eu não tenho outra coisa para dizer a vocês a não ser que procurem os seus direitos e que percorram todos os caminhos até as últimas conseqüências, porque o Estado não tem e não pode prestar esse tipo de serviço.

Eu tive a oportunidade de ir ao Japão, de onde cheguei ontem. Lá fiquei 40 dias a convite do Governo japonês. Fui a única brasileira escolhida num grupo com mais 10 pessoas de vários países do mundo, onde há guerras e outras coisas, para participar de um curso numa instituição que é a única instituição que trata de assuntos de vitimologia em toda a Ásia. Vim feliz, porque enquanto eu fui para lá, passar 40 dias longe da minha filha mais nova que tem 3 anos, num país difícil, escrevi um projeto em que eu buscava o que eu posso fazer a mais para ajudar as mulheres vítimas de violência a não serem revitimizadas - o que foi apresentado hoje se chama revitimização. Você é vitimizado no momento em que você sofre a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	49

violência e depois você é revitimizado mais umas 10 vezes e **começando**, na maioria das vezes, **pela delegacia**.

Eu fico profundamente consternada com isso. E digo a V.Exa., Deputada Erika Kokay, V.Exa. **sabe**, porque o nosso Diretor esteve aqui e, **depois**, quando encontrou **comigo**, falou: "Já temos o terreno da Delegacia da Mulher de Taguatinga". Além disso, o projeto de ampliação da DEAM já está orçado. Quando eu fui convidada para ir para a DEAM, eu falei: "Eu só vou se for para ter apoio". A DEAM tem a mesma estrutura de 10 anos atrás. Já decidimos que haverá um posto do IML dentro da DEAM, por quê? Porque a mulher que é atendida - primeiro ela é atendida na delegacia - tem de ser acolhida. O primeiro atendimento é de acolhimento, de ouvir. O segundo atendimento é de providências com hospital, com IML, com medidas protetoras. Mas o primeiro atendimento é de acolhimento, é de receber essa pessoa vítima de violência. "O que é que eu vou poder fazer por você?" Não vamos generalizar o fato de a mulher não poder ser atendida por um médico. Às vezes, há médicos muito mais sensíveis do que médicas. Vocês viram o caso dessa delegada, minha colega de profissão. Onde estava a sensibilidade dessa colega? O mesmo acontece com juízas e promotoras. Às vezes, temos promotores muito mais atuantes do que promotoras; delegados mais atuantes do que delegadas, porque isso vem do sentimento de humanidade. Eu sempre trabalhei como policial buscando o que eu gostaria para mim no momento em que eu fosse uma vítima de um crime.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	50

É assim que eu norteio os meus servidores. É óbvio que, às vezes, as coisas escapam do nosso controle, mas quando isso acontece, temos de consertar o erro.

O que eu quero dizer a vocês é que, onde quer que eu esteja, na DEAM ou em qualquer outra delegacia, para mim, os direitos humanos, a mulher, a família, as crianças, também o homem vítima da violência, o ser humano vítima de violência vão ter importância, sim.

Deputada Érika Kokay, a minha delegacia já opinou e estamos orçando a ampliação da DEAM, porque precisamos ampliar os serviços lá prestados. O IML já foi aprovado, porque temos de buscar o médico ou a médica que seja sensível, que não vai fazer perguntas absurdas para a mulher.

Eu cheguei ontem de madrugada. Hoje eu nem ia trabalhar, mas recebi o convite e tinha de vir a esta sessão. Uma médica salvadorenha falou-me de uma experiência interessante com uma substância chamada *tolueno blue*. O *tolueno blue* é uma substância que não submete a mulher a tanta dor e violência no exame, podendo ser um exame mais humanizado. Eu estou voltando com um projeto que tem de ser submetido à aprovação. Ele versa sobre o tratamento dado à mulher na DEAM para que ela se sinta acolhida por pessoas que se importam com ela e com o seu problema.

Com relação a esse problema das delegacias, temos feito treinamento, mas, às vezes, são duas ou apenas uma colega policial na seção. Elas não trabalham no



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	51

plantão, que é de 24 horas. Quem recebe no plantão é a clínica geral. Não adianta! Quero, mais uma vez, dizer isto ao nosso Diretor nesta sessão de hoje: infelizmente, a clínica geral nem sempre vai conseguir fazer o trabalho especializado do cirurgião plástico, por exemplo. Então, precisamos rediscutir isso. Quando foram criados esses serviços nas delegacias, a intenção era de ajudar. Se a mulher não tivesse condições de ir à DEAM, que ela pudesse fazer o registro perto de casa. Agora precisamos rediscutir isso, porque a mulher está sendo revitimizada quando ela escolhe ir à delegacia mais próxima. Agora, é importante que se diga que não são todas porque há delegacias que são combatíveis. O problema é, às vezes, a formação cultural da pessoa não aceita que isso é um problema, que isso é um crime, que tem de ser tratado como crime e que não podemos mandar a mulher embora para casa para apanhar de novo.

Pode contar comigo, Deputada. A prioridade é essa porque a lei está vigente há um ano. Muitos já sabem que ela existe, mas não vamos negar: muitos querem que essa lei não vá para frente. Muitos querem que essa lei nasça, viva e morra rápido. Tenho tido embates até com juizes que me dizem que tenho de fazer TC. Eu falo para eles: "Aqui eu não faço TC, porque aqui é inquérito. Eu indício." O Termo Circunstanciado é mais fácil de ser arquivado que o inquérito.

O momento não é mais só de celebração. Como foi mostrado na apresentação teatral, Brasília tem de ser destaque. E Brasília tem tudo para ser



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	52

destaque. Vim do Japão, trabalhei durante quarenta dias com professores americanos, alemães e indianos e constatei que as coisas por lá estão piores que aqui. Por exemplo, xingar não é crime, lá. Casas-abrigos para mulheres vítimas de violência são feitas por algumas poucas ONGs. Não há uma rede de casas-abrigos como temos aqui. Agora, isso não significa que aqui está tudo bem. O que temos de fazer é coordenar as redes.

Estou feliz porque a Mirta está fazendo um trabalho fantástico. Ela está colocando uma unidade do Conselho em cada fórum e providenciando advogados e psicólogos. É desse braço que precisamos. A mulher registra a ocorrência, vamos até onde podemos, pedimos a prisão do agressor e, às vezes, a Justiça não nos atende. Aí, a mulher se sente pressionada, pela situação, a pedir o arquivamento do processo. Na audiência, perante o juiz, o promotor e o autor da agressão, ela diz: "Eu não quero ser a megera". Olha para a cara do cidadão, que está com os olhos cheios d'água, e vê que está tudo nas mãos dela. Mais uma vez, ela diz: "Não. Vou agir com o coração". O processo acaba sendo arquivado. Isso é um sério problema porque, no dia em que o processo for pra frente, o homem vai ver que a lei não está aqui para brincadeira.

Agora, é a hora de chamar à responsabilidade a Polícia, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e as vítimas. Temos de conversar seriamente. A vítima tem um papel muito importante na mudança desse



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	53

cenário. Ela não pode sair por aí e esquecer-se de toda a dor e de tudo por que ela passou. A mulher precisa ter um rumo. Não adianta só a mulher fazer a ocorrência e o cara ser preso. Como a mulher vai reconstruir a sua vida? É isso que precisa ser discutido seriamente. Isso é construir uma rede forte de referência. Estou muito tranquila e empolgada porque tenho certeza de que vamos conseguir isso.

Mais uma vez, ficam as minhas palavras de constrangimento. Levarei tudo o que ouvi aqui hoje ao nosso Diretor e solicito que a gravação desta sessão solene também seja remetida a ele. Em razão da nossa amizade e da confiança que ele depositou em mim ao me dar esse cargo, sinto-me muito à vontade para auxiliar a instituição para que essas coisas não aconteçam mais. Não é possível, Já passamos disso há muito tempo.

Boa-noite.(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada à Dra. Sandra, à Luana, a todos e a todas que estiveram conosco nesta sessão solene. Vamos remeter a gravação desta sessão para o Diretor da Polícia Civil.

De tudo, fica uma pontuação importante feita pela Dra. Sandra. A Lei Maria da Penha tem aproximadamente um ano, e não nos cabe apenas comemorar. No primeiro momento, comemoramos a Lei, porque ela foi fruto de muito esforço e de muita luta, Agora, trata-se de fazer com que ela seja pra valer. Neste País, temos várias leis que não são cumpridas, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	54

Adolescente, o Estatuto do Idoso e a Lei de Acessibilidade. Repito que a lei, por si só, não assegura o direito, Ela é um instrumento para isso. Neste momento, o nosso grande desafio é para que a lei seja pra valer. Por isso, os Dezesesseis Dias exigem os direitos. Está na lei, está na lei. A implementação da lei passa por um processo de informação, por uma mobilização, por uma resposta do Poder Público, do Estado, nas suas várias esferas.

Eu diria apenas, para pontuar e encerrar esta sessão, que o desafio dado é este. Estamos num ponto de inflexão ou no "fio da navalha", pois, depois de um ano da existência da lei, temos de fazer com que ela seja para valer, **senão**, vamos ser vergados e aí o sentimento da população, por uma desconstrução da cidadania, tem um retrocesso muito grande. Um retrocesso assim; nós fomos, conquistamos, temos a lei e não conseguimos nos apropriar dela e fazer com que ela mude o cotidiano de tantas **mulheres**, vítimas de violência. Portanto, é como se todo o esforço não se efetivasse naquilo que ele se dispôs a fazer. O desafio que está dado é esse.

Reafirmo a necessidade de estarmos, na próxima **segunda-feira**, às 16h, na CUT, para elaborarmos essa pauta; e às 10h, no dia 10, no encerramento da campanha, estarmos, em frente ao Buriti, para podermos discutir e vermos como envolver o Governo na implementação dessa lei, que passa pelas várias coisas que foram discutidas aqui e por outras mais que vamos elaborar nesse período. Conto com todas e todos e vamos exigir nossos direitos. Está na lei.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	11	2007	15h	Sessão solene: Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher	55

Um abraço e obrigada pela presença de cada uma e cada um de vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h40min.)